

A construção do saber gramatical brasileiro a partir da normatização gráfica de Antonio Alvares Pereira Coruja: alguns apontamentos sócio-históricos

The construction of Brazilian grammatical knowledge from the graphic standardization of Antonio Alvares Pereira Coruja: some socio-historical notes

Alexandre Xavier Lima 

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: alexandrexl@gmail.com

Editores-chefes

Marcus Dores
Célia Lopes

Editores convidadas

Huda Santiago
Pedro Daniel Souza

Dossiê

Diálogos entre a Sócio-História do Português e a História Social da Cultura Escrita

Recebido: 27/10/2022

Aceito: 22/06/2023

Como citar:

LIMA, Alexandre Xavier. A construção do saber gramatical brasileiro a partir da normatização gráfica de Antonio Alvares Pereira Coruja: alguns apontamentos sócio-históricos. Revista LaborHistórico, v.9, n.2, e55244, 2023. doi: <https://doi.org/10.24206/lh.v9i2.55244>

Resumo

Este trabalho investe no estudo de fontes sócio-históricas para se compreender a construção do saber gramatical brasileiro. Sob a perspectiva da História das Ideias Linguísticas, procura-se reconhecer, no *Compendio da Grammatica da Lingua Nacional* (1835) de Antonio Alvares Pereira Coruja, indícios sobre a sua representatividade no processo de descrição e instrumentalização da língua, elegendo como ponto de comparação entre as obras coevas a normatização gráfica, com destaque para o princípio etimológico. Além da repercussão da obra, expressa em inúmeras edições, esse reconhecimento passa pela identificação da adequação do material ao projeto de ensino de língua nacional orquestrado pelo Brasil Império, bem como a sua participação em uma corrente gramatical que concebia a língua como expressão do pensamento. Os resultados apontam para ampliação do repertório de grafemas etimológicos nas prescrições gramaticais em um contexto de pouco acesso à tradição escrita pela escolarização regular.

Palavras-chave

Historiografia linguística. Gramatização. Gramática racionalista. Normatização gráfica. Princípio etimológico.

Abstract

This work invests in the study of socio-historical sources to understand the construction of Brazilian grammatical knowledge. From the perspective of the History of Linguistic Ideas, it seeks to recognize, in the *Compendio da Grammatica da Lingua Nacional* (1835) by Antonio Alvares Pereira Coruja, evidences about its representativeness in the process of description and instrumentation of the language, choosing as a point from comparing contemporary works to graphic standardization, with emphasis on the etymological principle. Besides the repercussion of the work, expressed in various editions, this recognition goes through the identification of the suitability of the material to the national language teaching project orchestrated by the Brazilian Empire period, as well as its participation in a grammatical current that conceived language as an expression of thought. The results point to the expansion of the repertoire of etymological graphemes in grammatical prescriptions in a context of little access to written tradition through regular schooling.

Keywords

Linguistic historiography. Grammarization. Rationalist grammar. Graphic standardization. Etymological principle.

Introdução

Uma fonte relevante para a abordagem da História Social da Escrita é o saber linguístico registrado em manuais gramaticais. Eles representam o esforço por compreender e sistematizar os valores linguísticos que se constituíram e se consolidaram como tradições de escrita, servindo de modelo para os redatores ao longo da história (Lima, 2022). Essa representação já era percebida por Rosa Virgínia Mattos e Silva (2019 [1989], p. 11), quando procurava entender o motivo e a maneira pelos quais a gramática tradicional serviu de modelo nas escolas para a tomada de consciência da língua.

Esses manuais não representam apenas a norma prescritiva, isto é, as opções linguísticas apontadas ideologicamente como merecedoras de ser ensinadas (Castilho, 2004, p. 30), em outras palavras, aquilo que era esperado de um redator letrado¹; mas também representam a norma objetiva, uma vez que descrevem a norma efetivamente praticada, seja nos debates sobre impasses em torno da aceitação de um determinado uso, seja no registro de normas que se impuseram entre os redatores (Lima, 2016).

¹ Entende-se por redator letrado como aquele que se apropria, ou consegue reproduzir os modelos de escrita de seu tempo, em decorrência do processo de ensino formal ou informal.

Dessa forma, cumpre observar como o instrumento *gramática* revela a maneira como a linguagem era pensada em uma dada sincronia, por uma sociedade, em um determinado contexto (Fávero; Molina, 2006); como, a partir disso, constituíram-se as práticas de ensino; e quais valores nortearam um projeto de língua escrita. Nesse sentido, a História das Ideias Linguísticas tem apontado caminhos para a análise à medida que considera os conhecimentos linguísticos como resultados das atividades que os produziram. Reconhece-se que os fenômenos não são conhecimentos fechados, isolados. São resultados de confrontos de estratégias que se renovam no eixo temporal. O objeto dessa área do conhecimento é o “saber metalinguístico constituído e/ou em via de constituição, qualquer que seja sua proximidade ou sua distância em relação à consciência epilinguística” (Auroux, 1992, p. 16). Dessas premissas, resulta o conceito de *gramatização*, como processo que conduz a descrever e a instrumentalizar uma língua na base de duas tecnologias: a gramática e o dicionário (Auroux, 1992, p. 65).

Acredita-se na importância de uma análise fenomenológica, ou seja, de uma descrição mais exata o possível do objeto em estudo, emanada da consciência mais imediata sobre a realidade. Isso permite que a perspectiva do investigador não se sobreponha à realidade desse objeto e o deixe transparecer. Ainda assim, será uma interpretação da realidade, exposta a lacunas deixadas pelo tempo. Nesse sentido, a consulta paralela a outras fontes pode preencher as lacunas e enriquecer o olhar do que foi possível recuperar.

Reconhecendo a amplitude das possibilidades de estudo a partir do conceito de *gramatização*, traça-se aqui um recorte que procura metonimicamente recuperar uma parte da história que seja decisiva para a formação de uma identidade linguística. No caso brasileiro, aponta-se o século XIX como um momento de grandes transformações sociais, promovidas pela condição do Brasil como um Império, que suscitou a construção de um projeto de nacionalidade.

Adota-se para análise o *Compendio da Grammatica da Lingua Nacional* (1835) de Antonio Alvares Pereira Coruja (1806-1889). Escrito na primeira metade do século XIX e reeditado ao longo do século, o *Compendio* pode revelar alguns modelos de escrita que se constituíram nesse cenário. A obra gramatical adotada para análise é contrastada a outras gramáticas sob a mesma perspectiva linguística e a outras gramáticas de perspectivas distintas. Desse confronto, espera-se destacar a sua contribuição e apontar a medida de sua representatividade. Complementarmente, outras fontes são consultadas, como dicionários, bibliografias, leis, decretos, regulamentos, estatísticas e jornais. Essas fontes reinserem a produção gramatical em seu contexto social, identificando suas raízes e seu impacto na sociedade.

Desse material, opta-se por analisar com maior fôlego a sua normatização gráfica, por ser um elemento decisivo que precede o processo de *gramatização* (Auroux, 1992, p. 65). Em relação à construção do saber ortográfico, será observado a aplicação do princípio etimológico, reconhecendo nesse caminho a possibilidade de se explorar

a ideia de *transferência de tecnologia*, uma das formas de origem de uma tradição, apontadas por Auroux (1992). Nesse caso, sabe-se que a tradição latina exerceu forte influência na tradição ocidental a ponto de criar uma homogeneização dos grandes traços especulativos do saber linguístico. Essa latinidade é sentida inclusive na representação gráfica.

Assim, este artigo inicia-se contextualizando a relevância do *Compendio da Grammatica da Lingua Nacional*, em que se aponta a sua adequação ao projeto nacional de ensino das primeiras letras, seja no atendimento às disciplinas estabelecidas em lei, seja na formação ideológica. Na sequência, procura-se reconhecer as bases teóricas que fundamentam o *Compendio* a partir do cotejo com gramáticas que compartilham ideias linguísticas, observando a definição e a divisão da gramática nesses materiais. A seguir, investe-se na descrição da normatização gráfica como possibilidade de recuperar uma tradição de escrita, considerando o princípio etimológico como recorte. Dessa forma, são levantados grafemas etimológicos a fim de perceber como a prescrição se comporta ao longo do século XIX. Por fim, faz-se um esboço das condições de acesso à escolarização dos oitocentos a fim de compreender o verdadeiro impacto dessa normatização.

O Compendio da Grammatica da Lingua Nacional

O *Compendio da Grammatica da Lingua Nacional* de Antonio Alvares Pereira Coruja é uma obra de grande relevância para a gramaticografia brasileira, tendo em vista o alcance que mereceu, sobretudo, nas primeiras décadas do Império. Trata-se de uma obra que surge em 1835, no contexto de ensino do Rio Grande do Sul, onde o autor ministrava aula de gramática portuguesa e filosofia racional e moral. Em 1837, a obra passa a atender à corte, acompanhando o deslocamento geográfico do autor, vítima de perseguição política na província de origem, como detalha Juciele Pereira Dias (2012, p. 129).

O anúncio publicado na *Gazeta de Noticias* já em 1878 consegue não só destacar a longevidade de sua produção, como também a sua extensão (Quadro 1).

A lista de obras demonstra a diversidade de assuntos abordados por Coruja, desde textos selecionados para leitura, passando por história do Brasil, aritmética, latim, caligrafia, ortografia até a sua gramática. Inclusive, Fávero e Molina (2006, p. 80) acreditam que autor foi o precursor dos manuais e compêndios ortográficos. O anúncio ao final da década de 70 do século XIX demonstra ainda a longevidade dessa gramática que surge no Brasil Império, em um ambiente de formulação de um projeto nacional de ensino e vai até os primeiros anos de República, como se observará mais adiante neste artigo.

Quadro 1. Anúncio sobre obra de Antonio Alvares Pereira Coruja

OBRAS DIDACTICAS
DE
A. A. P. CORUJA

Collecção de oito grandes exemplares de primeiras leituras, proprios para quadros, a 320 rs. a collecção.

Pautas de bastardo, bastardinho e cursivo, com linhas de inclinação, a 80 rs.

Arithmetica para meninos a 320 rs.

Manual de orthographia, obra pequena, a 320 rs.

Compendio da grammatica da língua nacional a 1\$000.

Dito da grammatica latina, com additamentos e notas, a 1\$000.

Manual dos estudantes de latim a 1\$000.

Lições da historia do Brazil, adaptadas á leitura nas escolas primarias, 2\$000.

Compendio da orthographia, obra grande, a 4\$000.

Vendem-se na rua da Quitanda ns. 64 e 90, e mais lojas do costume; e em porção, com abatimento, em casa do auctor, rua da Assembléa n. 86.

Fonte: Gazeta de Noticias, Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1878.

Vale destacar a aceitação da produção didática de Coruja, como testemunha Sacramento Blake (1883), ao afirmar que “Foi muito seguido nas escolas da província, e nas da côrte, e tem tido diversas edições correctas e ampliadas, havendo uma de 1849, outra de 1862, e outra de 1872, feitas no Rio de Janeiro”. No levantamento de Bruna Soares Polachini (2018, p. 403), é possível reconhecer reedições para além das apresentadas por Blake: 1835, 1846 (4ª edição), 1847 (5ª edição), 1849, 1862, 1865, 1873, 1891.

A leitura do *Compendio* de Coruja não fornece pistas explícitas sobre a expressão *Lingua Nacional*, presente no título. A partir da observação de títulos de outras obras do período, percebe-se que não há indícios de que a menção a uma língua nacional se constitua como oposição às produções de origem portuguesa, pois há alguns autores portugueses que fazem uso da expressão *Lingua nacional*, como é o caso da *Grammatica nacional* (1880) de Domingos de Azevedo publicada em Lisboa.

As obras gramaticais com a qualificação *Nacional* são geralmente acompanhadas por uma especificação, como *manual práctico*, *resumo*, *elementar*, *Curso elementar*, *compendio* e *compendio elementar*. Esses termos acenam para os conteúdos essenciais a serem trabalhados em espaço escolar. Segundo o levantamento de Polachini, o termo *compendio* era muito recorrente nas obras gramaticais para se referir às primeiras letras até a década de 70. Depreende-se que era um conteúdo mais resumido para atender ao público das primeiras letras (Moraes Silva, 1813).

Em função desses indícios presentes no título da obra, convém visitar alguns documentos oficiais do Império que abordam sobre ensino. A primeira referência

legal sobre o ensino no Brasil Imperial remonta à Lei de 15 de outubro de 1827, que criava as escolas de primeiras letras. Era objetivo da lei instituir escolas nas cidades, nas vilas e lugares populosos. De acordo com o artigo 6º, cabia aos professores ensinar, dentre os conteúdos, “a ler, escrever”. A lei destaca ao mesmo tempo a preocupação com a formação de uma sociedade letrada que passava, segundo o documento, pela assimilação de valores de moral cristã, o que faz supor o tipo de leitura e o perfil de leitor que se desejava formar. A formação patriótica completaria a formação religiosa, como se percebe na indicação de leituras, como a Constituição do Império e a História do Brasil. Ainda no artigo 6º dessa lei, seria também papel dos professores ensinar “a gramática de língua nacional”. Portanto, consta no documento oficial a menção à disciplina *gramática de língua nacional* e ao público, *primeiras letras*, o que sugere a adequação de Coruja à legislação de seu tempo.

Outro momento importante nesse processo de unidade nacional, presente nos documentos oficiais, é a construção de um modelo de ensino a ser reaplicado em outras instituições. Nesse sentido, o Império converteu o *Seminário de S. Joaquim* em *collegio de instrução secundaria*, atribuindo-lhe a denominação de *Collegio de Pedro II* pela força do Decreto de 2 de dezembro de 1837. Em seu regulamento, no artigo 13, parágrafo 1º, diz-se que cabia ao professor ensinar as Letras, as Ciências, além de lembrar os alunos sobre os deveres para com Deus e a Pátria (Regulamento n. 8 de 31 de janeiro de 1838). Nesse mesmo documento, há também a menção ao ensino de *gramática da língua nacional* (Artigo 117).

O regulamento n. 62 de 1º fevereiro de 1841, que alterava o estatuto do Collegio de Pedro II, além da ampliação para mais 1 ano (total de 7 anos) de curso, traz em anexo a tabela de estudos. Nessa tabela, consta o ensino de *Grammatica Geral, e Grammatica Nacional* (5 lições – 1º ano), ao lado de *Latim* (5 lições), *Francez* (5 lições), *Desenho calligraphico* (3 lições), dentre outras matérias. Vale mencionar que o aluno devia estudar nos 6º e 7º anos *Rhetorica, e Poetica* (5 lições), a mesma quantidade de lições de ensino de gramática, fato que reforça o papel da escola na abordagem da língua escrita e as condições normativas para a transmissão de práticas de escrita.

Em 1854, por meio do decreto 1.331-A de 17 de fevereiro, era estabelecido o regulamento para reforma do ensino primário e secundário do município da corte. De acordo com o decreto de 1854 (Cap. 3, Art. 47), fazia parte do ensino primário nas escolas públicas: a “leitura e escripta” e “noções essenciaes da grammatica”, além de outros conteúdos, como “instrução moral e religiosa” (Brasil, 1854).

No mesmo documento, faz-se menção às cadeiras existentes no Collegio de Pedro II: latim, grego, inglês, francês, alemão e retórica e poética – esta compreendia o ensino de língua e literatura nacional. Essa abordagem diversificada de línguas vai aos poucos favorecer a entrada da corrente científica, pautada nos estudos comparados.

Termos como “noções essenciaes”, por exemplo, explicam o caráter resumido dessas obras – para se ter uma ideia, a primeira edição de Coruja (1835) possui

apenas 68 páginas. Tais informações sugerem o uso do compêndio como instrumento para se compreender os textos literários apresentados em ambiente escolar através da retórica e da poética.

Os exemplos do *Compendio* de Coruja reforçam as diretrizes apresentadas pelas leis, decretos e regulamentos que moldam um projeto de ensino. Por isso, faz-se necessário analisar alguns exemplos. O grupo de exemplos que segue diz respeito à descrição das *circunstancias*, subitem da *syntaxe*, onde o autor expõe as preposições que vão reger as circunstâncias de uma oração:

- (1) “Os debochados abreviãõ seus dias *por sua culpa*”
 - (2) “Domingos é *de boa conductã*”
 - (3) “As más companhias são prejudiciais *aos meninos*”
 - (4) “Toda minha desgraça proveio *de minha má conductã*”
- (Coruja, 1835, p. 47-48).

Segundo Coruja, o exemplo (1) ilustra o uso de preposição para indicar a circunstância de causa; o exemplo (2), de qualidade; o exemplo (3), de atribuição; e o exemplo (4), de princípio de uma ação. O que se depreende do conteúdo desses exemplos é que as ações do indivíduo devem ser guiadas por circunstância de valor moral. Essa observação se completa com exemplos de cunho religioso:

- (5) “a Judas foi *de máo character*” (p. 47-48)
 - (6) “O ímpio falla contra Deos” (p. 49)
 - (7) “Attendei, Senhor, á minha supplica” (p. 66)
 - (8) “Dice Deos: Faça-se a luz; e foi feita a luz” (p. 67)
 - (9) “Se acontecer essa desgraça (de que Deos nos livre) que será de nós?” (p. 68)
- (Coruja, 1835).

Essa série de exemplos ilustra a determinação da Lei de 15 de outubro de 1827 sobre assimilação de valores da moral cristã. Os exemplos (5) e (6) ainda sobre as circunstâncias, de qualidade e de objeto a que se dá oposição, respectivamente. Os demais exemplos ilustram o item “pontuação”: (7) sobre o uso de vírgula, (8) sobre o uso de dois pontos e (9) sobre o uso de parênteses. Os exemplos retomam temas típicos da moral cristão, como personagem bíblico (5), máximas sapienciais (6), preces (7), trechos bíblicos (8) e expressões populares religiosas (9).

O próximo exemplo procura ilustrar o uso do ponto final no subitem “pontuação”:

- (10) “*O descobrimento do Brazil foi no anno de 1500. D. Pedro I abdicou a 7 d’Abril de 1831.*”
- (Coruja, 1835, p. 68).

O exemplo (10) faz menção a eventos históricos do Brasil: descobrimento e abdicação de D. Pedro I, em consonância com a proposta de indicação de leituras, sobre a “Constituição do Império” e a “História do Brasil”, sugerindo um “ensino patriótico”. Se a seleção de eventos históricos e se o posicionamento monarquista do gramático não são cristalinos nesse exemplo para ratificar a adequação do material do ponto de vista da primeira lei, convém observar o mesmo trecho em outra edição:

(11) *O descobrimento do Brasil foi no anno de 1500. D. Pedro I. abdicou a 7 d’Abril de 1831. O Sr. D. Pedro II tomou as rédeas do governo a 23 de Julho de 1840.*

(Coruja, [s/d], p. 92).

O exemplar do *Compendio da Grammatica da Lingua Nacional* que serviu de comparação com a edição de 1835 não dispõe de datação. No entanto, uma leitura atenta é capaz de reconhecer, ainda que de forma imprecisa, o período de sua publicação como uma edição da década de 90 do século XIX. No exemplo (11), o item aparece ampliado por mais uma frase: “O Sr. D. Pedro II tomou as rédeas do governo a 23 de Julho de 1840”. Percebe-se nesse exemplo, para além da citação de um fato histórico, um posicionamento ideológico sobre o evento quando se diz “tomou as rédeas”, indicando que o personagem histórico se torna o sujeito responsável pela condução do Império.

Completa o rol de exemplos do *Compendio* de Coruja aqui analisados um caso de *Synchesis* localizado no subitem *syntaxe figurada*:

(12) “Entre todos é o dedo eras notado / Lindos moços D’Arzilla em galhardia”

(Coruja, 1835, p. 55).

Os versos do exemplo (12) fazem parte do poema *Afonso Africano* do poeta português Vasco Mouzinho de Quevedo, tratando sobre o rei Afonso V de Portugal. Esse exemplo ilustra a explicação sobre *Synchesis*. Segundo o gramático, “*Synchesis* é quando se confunde toda a ordem das palavras” (Coruja, 1835, p. 55). O mesmo exemplo foi utilizado pelo professor do Collegio de Pedro II, J. C. Fernandes Pinheiro, em *Postillas de Rhetorica e Poetica* (1885), para a abordagem do mesmo assunto. Esse exemplo comum reforça a percepção de que retórica e poética eram tratadas com certa proximidade da gramática nacional, como sugere o regulamento n. 62 de 1º fevereiro de 1842.

Considerando o exposto nas leis, a expressão *língua nacional* poderia ser considerada como sinônimo de *língua oficial*, isto é, obras como o compêndio de Coruja fariam parte de um projeto de unidade nacional em torno da construção dos saberes linguísticos pensados para as primeiras letras, a partir das diretrizes estabelecidas

pelos documentos oficiais. Dessa forma, convém olhar para as partes desse material e verificar o que o gramático considerava essencial para as primeiras letras e para o ensino da língua nacional. Vale observar a que corrente essa obra se filia e como isso deixa transparecer uma metalinguagem para a inclusão dos alunos em uma tradição de escrita.

As ideias linguísticas do *Compendio da Grammatica da Lingua Nacional*

O contexto linguístico do *Compendio da Grammatica da Lingua Nacional* corresponde ao período racionalista (Cavaliere, 2014, p. 49). Tratava-se de uma corrente rigidamente lógica, que defendia a estrutura racional da língua, inspirada pelo racionalismo da filosofia cartesiana (Auerbach, 1987, p. 192). Nos estudos da língua, isso se materializou inicialmente na *Grammaire générale et raisonnée* de Port-Royal, composta por Antoine Arnauld e Claude Lancelot (1660).

Vale mencionar as circunstâncias históricas da disseminação dessa corrente. Durante o reinado de Luís XIV, as grandes lutas religiosas foram travadas dentro do Catolicismo, num embate entre Jesuítas, que acreditavam que o livre arbítrio do homem era capaz de torná-lo justo e salvá-lo, e os Jansenistas, que acreditavam apenas na graça divina como possibilidade de salvar o homem. Um dos partidários do jansenismo, Saint-Cyran, influenciou a Madre Angélique Arnauld, que converteu seu convento (Port-Royal) à doutrina jansenista, fazendo desse espaço um centro irradiador das ideias do jansenismo. O governo, temendo o surgimento de um partido político no movimento jansenista, apoiou a Igreja a condenar tal doutrina. Em 1660, as religiosas de Port-Royal foram perseguidas e suas escolas fechadas (Auerbach, 1987, p. 198). No entanto, as propostas jansenistas perseveraram até o começo do século XIX, graças a “seu espírito de solidariedade e à unidade rigorosa de suas ideias” (Auerbach, 1987, p. 198).

A expulsão dos jesuítas de Portugal, ocorrida em 1759, teria criado o cenário fundamental para o desenvolvimento da gramática filosófica em Portugal. Para Manuel Amor Couto (2004, p. 13), a inserção da doutrina filosófica fazia parte da reforma pombalina que combatia o ensino mecânico de habilidade lógico-formal, baseados na filosofia aristotélica dos jesuítas.

Nessa perspectiva, a língua é o fruto da capacidade humana de erigir raciocínio lógico, associada ao espírito humano. A descrição do fenômeno linguístico segue a estrutura do raciocínio. Aprender gramática nesse contexto significava aperfeiçoar o pensamento de acordo com um modelo considerado exemplar, o que a tornava restrita ao uso de uma minoria culta, “possuidora de bom senso, bom gosto e racionalidade”, por isso, os exemplos moralizantes apresentados anteriormente.

Apesar de não ter a preocupação de indicar qual a orientação de sua gramática, Coruja a define como “arte que ensina a declarar bem os nossos pensamentos por meio de palavras” (Coruja, 1835, p. 3). Nota-se na definição a ideia de que a gramática é uma técnica que auxilia a organização do pensamento em palavras, o que coloca o autor em consonância com o pensamento da gramática filosófica de seu tempo.

Na edição de 1835, as referências a outras gramáticas geralmente são de ordem genérica, ou seja, são apresentadas como “nas grammaticas” ou “nos grammaticos”, à exceção de uma nota em que aborda o uso das preposições: “Moraes dà a seguinte regra para se conhecerem as preposições ‘Tudo que não faz variar os nomes Eu, Tu, Elle em Mim, Ti, Si, não é preposição’” (Coruja, 1835, p. 43-44). Usa ainda o nome de Moraes Silva em um exemplo sobre pontuação: “Omitte-se a virgula antes da conjunção e nos sobrenomes e nos numeros: v. g. *Antonio de Moraes e Silva: cicoenta e quatro*” (Coruja, 1835, p. 66), o que reforça a sua filiação a essa tradição metalinguística.

Em edições posteriores, Coruja cita, em nota, Jeronymo Soares Barboza (1737-1816), referência da gramática filosófica em Portugal, para dizer que a simples variação gráfica entre <qu> e <c> [k] não caracteriza a irregularidade do verbo, ou seja, o aspecto gráfico não interfere na regularidade de uma estrutura verbal.

Ainda que de maneira pontual, compreensível a um texto destinado às primeiras letras, nota-se a intertextualidade envolvendo os discursos de outras obras racionalistas. A primeira (Moraes Silva), apontada por Cavaliere (2014) como marco da gramática racionalista no Brasil, diz que gramática “é a arte, que ensina a declarar bem os nossos pensamentos, por meyo de palavras” (Moraes Silva, 1806, p. 9); a segunda, apontada como a mais bem sucedida expressão da gramática filosófica de Port-Royal em Língua Portuguesa, define gramática como “Arte de falar e escrever correctamente a própria Lingua” (Barboza, 1862, p. 1). Embora Jeronymo Soares Barboza não faça menção, em sua definição, ao uso da gramática como conjunto de regras para bem organizar o pensamento, essa ideia fica explícita na introdução de sua gramática quando se refere aos métodos de representar as ideias.

Após reconhecer que existe uma aproximação teórica entre Coruja e os gramáticos citados por ele, cabe olhar para outras obras apontadas pela gramaticografia como representativas da corrente racionalista, como a de Antonio da Costa Duarte e a de Francisco Sotero dos Reis.

Antonio da Costa Duarte, na introdução de *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* (1877), afirma que “Grammatica em geral é a Arte de fallar, ler, e escrever correctamente; que seu objecto são as palavras, e que seu fim é exprimir e pintar com distincção, clareza, e fidelidade nossos pensamentos por meio de palavras” (Duarte, 1877, p. 5), o que demonstra proximidade com a definição de Coruja e alinhamento com a corrente racionalista de seu tempo. O gramático considera que há princípios gerais que regem todas as línguas. É a análise desses princípios gerais

que se torna possível ensinar uma língua particular. Por isso, a sua “grammatica da Lingua Portugueza também será a arte de fallar e escrever sem erros a Lingua Portugueza” (Duarte, 1877, p. 8).

Francisco Sotero dos Reis (1800-1871) divide sua gramática em geral e particular em seu *Prolegomenos*, parte inicial de sua gramática. Para o autor, enquanto a gramática geral é uma ciência especulativa que estuda leis universais, com princípios “de eterna verdade”; a gramática particular é uma arte. Caberia à “arte de aplicar aos princípios immutaveis e geraes da palavra os usos e idiotismos da língua portugueza” (Sotero dos Reis, 1871, p. vii). Sob influência de Du Marsais, Sotero destaca que “A arte nenhuma certeza poderá dar á pratica, si não fôr esclarecida e dirigida pelas luzes da especulação” (Sotero dos Reis, 1871, p. vi). Ainda aqui se observa a unidade no que se refere à definição de gramática. A arte é a maneira de aplicar os princípios estabelecidos pela especulação, entendida como atividade do pensamento.

Coruja (1835), em seu *Proemio*, além de definir gramática, divide-a em *Etymologia*, “parte que ensina a natureza das palavras e suas propriedades”; *Syntaxe*, “parte que ensina a compor a oração”, *Prosodia*, “parte que ensina a quantidade de sillabas e sua pronuncia”; e *Orthographia*, “parte que ensina a escrever com certesa”. Será nessa ordem que os conteúdos gramaticais serão apresentados em seu texto.

Moraes Silva (1806) divide sua gramática em *Das Palavras por si sós, ou partes da Sentença*, próximo ao que Coruja chama de *Etymologia*; e *Da Composição das partes da Sentença entre si, ou Syntaxe* (ao final, apresenta os sinais ortográficos e a pontuação). Temas como prosódia e ortografia são apresentados na introdução de sua obra. Já em Barboza (1862), a gramática aparece dividida em *Orthoepia*, *Orthographia*, *Etymologia* e *Syntaxe*. Aqui nota-se uma diferente escolha para se referir ao que Coruja chamou de *Prosodia*, fato que ilustra a riqueza terminológica dos oitocentos. Por sua vez, Duarte (1877, p. 8) também lista as quatro partes que formam a sua gramática: *Orthoepia*, *Orthographia*, *Etymologia* e *Syntaxe*, mas, apesar de se referir as partes nessa ordem, opta por apresentar a sua *orthographia* ao fim da obra (Duarte, 1877, p. 5). Já Sotero dos Reis divide seus estudos gramaticais em *Etymologia*, *Syntaxe*, *Orthographia* e *Prosodia* (Sotero dos Reis, 1871, p. viii), simplesmente adotando outra ordem para dar destaque à etimologia e à sintaxe.

Nessas possibilidades de se apresentar os conteúdos gramaticais, nota-se uma regularidade para o tratamento da etimologia e sintaxe. Já prosódia/ortoepia e ortografia são apresentadas com certa oscilação do ponto de vista da sua posição na gramática, ora no início, ora no final. É possível entender essa preferência em Sotero dos Reis. Esse autor reconhece que deu maior atenção à etimologia e à sintaxe, ao mesmo tempo, especulativas e práticas. Por outro lado, a menor atenção à ortografia e à prosódia, segundo Sotero dos Reis, deve-se ao fato de serem modificáveis uma vez que não seguem os princípios gerais da linguagem. Vale dizer que, mesmo havendo a oscilação em quase todas as gramáticas, à exceção de Moraes Silva (1806), constituem-se como parte direta da gramática.

A normatização gráfica

A normatização no *Compendio da Grammatica da Lingua Nacional*

Das quatro partes que formam a gramática concebida por Coruja, chama atenção o tratamento marginal que recebe a ortografia. Estaria fora do caráter especulativo esperado pela gramática geral, mas se configura como um item pertinente à gramática particular para a abordagem em ambiente escolar. No *Compendio*, observa-se inclusive o esforço para sistematizar os conteúdos considerados essenciais para o aluno das primeiras letras, permitindo que se recuperem alguns valores de escrita do período estudado. Nesse contexto, ensinar significa apontar, em meio às regras gerais da linguagem, as regras de uma língua particular, patrimônio comum de um povo, para melhor expressão do pensamento, cabendo à *Orthographia*, parte mecânica da gramática ao lado da *Orthoepia*, a tarefa de garantir a “Boa Escripura” da língua (Barboza, 1862, p. VIII). É pela escritura que se torna possível “analysar o discurso e descobrir nelle a analyse de seus proprios pensamentos” (Barboza, 1862, p. IX).

A norma gráfica no *Compendio da Grammatica da Lingua Nacional* divide-se em *Orthographia de palavras* – para o autor, “modo de escrever as palavras”; e *Orthographia de Discurso*, correspondendo a “regras de pontuação”. Sobre a *Orthographia de palavras*, o autor alerta para o fato de serem muitas as regras para o uso de consoantes dobradas, tanto por origem quanto por composição (Coruja, 1835, p. 63); por isso, afirma que só apresentará as regras mais gerais. Ao dizer que são “muitas as regras”, o gramático explicita a diversidade de casos em que se empregavam as consoantes dobradas. Aponta também dois caminhos para sistematização dessa diversidade de usos: origem e composição. Enquanto a primeira vincula o uso à sua etimologia, condicionando o emprego de geminadas à sua tradição escrita, cuja origem remonta do grego via latim, a segunda vincula o uso ao processo de composição das palavras, sobretudo, aos casos de prefixação que se estabeleceram em outras fases da língua, ou ainda, na língua que deu origem ao português.

Ao afirmar que a abordagem da normatização gráfica caberia em um “grande compendio” e que se concentraria nas regras mais gerais, Coruja sugere uma descrição/prescrição sintética, baseada em casos elementares ou essenciais. São 11 regras, aqui apenas resumidas (Quadro 2):

Quadro 2. Resumo das regras ortográficas de Coruja (1835)

- 1ª regra: quando usar letra maiúscula;
- 2ª regra: quando não dobrar a consoante;
- 3ª regra: quando não usar N;
- 4ª regra: quando usar CH [K];
- 5ª regra: quando usar K, e Ph e Y;
- 6ª regra: quando usar J e G;
- 7ª regra: quando usar Z em formas verbais;
- 8ª regra: consoantes que podem ou não ser dobradas;
- 9ª regra: separação de sílaba (sinal de separação);
- 10ª regra: separação de sílaba (casos de ditongo);
- 11ª regra: separação de sílaba (consoantes iguais).

Fonte: Adaptado de Coruja (1835, p. 63-65).

Dos exemplos “Começão por letra maiuscula as primeiras palavras de cada período” (Coruja, 1835, p. 63) e “Nenhuma palavra começa por duas letras consoantes iguaes”, pode-se dizer que são descrições que induzem ao uso considerado modelar pelo gramático. O primeiro exemplo aponta para o que deve ser feito e o segundo, para o que não deve ser feito em termos de representação gráfica.

Apesar de as propostas ortográficas oitocentistas apontarem para inexistência de regras eficazes, como testemunha Barbosa Leão (1878) em sua proposta de reforma ortográfica, Coruja apresenta algumas regras que de fato são observadas nas práticas oitocentistas, como, por exemplo, não iniciar palavras com consoantes dobradas. O que não haverá nos oitocentos são sistematizações que deem conta da pluralidade das representações gráficas, ou que dirima as variações de casos menos usuais, ou ainda uma sistematização que uniformize os usos (Lima, 2014).

Das 11 regras apresentadas pelo gramático, 5 estão relacionadas ao princípio etimológico, ou seja, quase a metade da preocupação com a normatização gráfica refere-se aos casos de *etimologização* (45,45%): quando não dobrar consoantes; quando usar <ch> [k]; quando usar <k>, <ph> e <y>; quais consoantes podem ou não podem ser dobradas (bb, cc, cç, dd, ff, gg, ll, mm, nn, pp, rr, ss, tt; h, j, q, v, x, z); e como separar consoantes dobradas. De maneira geral, fazer uso do princípio etimológico, segundo as regras apresentadas por esse gramático, significa empregar consoantes dobradas, consoantes de origem grega e consoantes mudas.

As regras relacionadas às geminadas apontam para a restrição da posição nas palavras em que podem aparecer (nunca em início de palavras), quais grafemas compõem o elenco etimológico e como segmentá-los no texto. Da leitura das regras ortográficas de Coruja (1835), é possível deprender os seguintes grafemas consonantais etimológicos (Quadro 3):

Quadro 3. Elenco de grafemas etimológicos de Coruja (1835)

Consoantes dobradas	Consoantes de origem grega	Consoantes mudas
bb, cc, dd, ff, gg, ll, mm, nn, pp, rr, ss, tt	ch [k], k, ph	cç

Fonte: Adaptado de Coruja (1835, p. 63-64).

O Quadro 3 acima aponta o repertório de grafemas consonantais que faz parte de um ideário etimológico, ou seja, expressa subjetivamente aquilo que o autor considera como uma tradição de escrita a que está vinculado o seu modelo de língua nacional. De acordo com Lima (2014, p. 396), as práticas modelares em jornais oitocentistas serão ainda mais abrangentes que a prescrição em termos de repertório de grafemas etimológicos. Isso significa que, mesmo não sendo abrangente, não destoa dos usos efetivamente praticados. Olhando para o elenco de Coruja (1835), apesar de ser um número bem limitado de grafemas, pode ser capaz de causar no leitor do século XXI, quiçá, nos leitores do século XIX, a impressão de que a grafia era extremamente latinizada, visão esta que Barbosa e Lima (2019) relativizaram quando estabeleceram a taxa de uso de grafemas etimológicos e observaram que sua frequência em textos modelares é de 3,85% em média em comparação ao total de palavras usadas nos textos.

Convém observar como outros gramáticos expressam em suas prescrições a etimologização gráfica. Dessa forma, é possível perceber se as ideias ortográficas de Coruja podem ser realmente interpretadas como uma tradição de escrita de seu tempo.

A normatização gráfica de Francisco Sotero dos Reis

Francisco Sotero dos Reis inicia a exposição da seção *Orthographia* afirmando que a melhor forma de aprender é através da prática, ou seja, o aluno deve ser exposto à leitura de bons autores e consultar os dicionários. Como não cabe a especulação, Sotero dos Reis limita-se “a poucos preceitos a tal respeito”, acreditando que é tarefa do professor oferecer aos alunos modelos para que possam “escrever correctamente” (Sotero dos Reis, 1871, p. 275).

A ortografia, em Sotero dos Reis, compõe-se de dois planos: o primeiro formado por grafemas que representariam cada som da língua; o segundo, por sinais de pontuação que ajudam na organização do discurso. O autor reconhece que perdeu mais tempo nessa parte da ortografia, porque poderia ser mais especulativa, uma vez que se associa à sintaxe.

No primeiro plano, sua descrição não é exaustiva. Acredita que já é do conhecimento do aluno; por isso, elenca apenas alguns casos que dariam margem à dúvida. O elenco de grafemas consonantais etimológicos é construído a partir desses casos. Portanto, não há uma exposição dos grafemas, de forma alfabética ou articulatória, como fazem os gramáticos do período científico (Lima, 2014). O que temos é uma exposição por assunto: acento, ditongo nasal, consoante dobrada, compostas por

<h> e outros casos derivados do latim, como as “consoantes mudas”. Dessas regras, depreende-se um elenco formado por consoantes dobradas, consoantes de origem grega e consoantes mudas. As consoantes dobradas também ocupam maior espaço, pois são exemplos de duas regras: uso das consoantes dobradas e escrita por analogia. A regra das consoantes de origem grega, sem qualquer justificativa, indica um uso essencialmente etimológico. Segue o elenco (Quadro 4):

Quadro 4. Grafemas etimológicos de Sotero dos Reis

Consoantes dobradas	Consoantes de origem grega	Consoantes mudas
ll, cc [s], mm, tt, cc [k], bb	ch [k], ph	çç, ct

Fonte: Adaptado de Sotero dos Reis (1871, p. 277).

Deve-se reconhecer que, em termos de elenco etimológico, mesmo com uma lista mais restrita do que o apresentado por Coruja (1835), Sotero dos Reis apresenta os mesmos tipos considerados essenciais para a normatização gráfica. Mais importante que listar todas as regras é, segundo o gramático, apresentar os textos modelares – não por acaso, a presença de textos literários vai ser cada vez mais frequente no processo de letramento oferecido nas escolas oitocentistas.

A normatização gráfica de Antonio da Costa Duarte

Antonio da Costa Duarte, no *Compendio da Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* (1877, p. 126), inicia a seção dedicada a *Orthographia da lingua portugueza* queixando-se da obscuridade da ortografia usual, por seguir ora as etimologias, ora a pronúncia e até mesmo nenhum dos dois princípios. Também aponta a limitação da *Orthographia Etymologica* que depende de conhecimentos sobre as línguas latina, grega e hebraica. Acredita que seria mais razoável que os sábios representassem os vocábulos conforme a pronúncia, fazendo uso do *Alphabeto Nacional*. Considera que é tarefa dos filólogos fixar a verdadeira pronúncia da língua, considerando “a lição dos escriptores della” (Duarte, 1877, p. 112) – princípio que nomeia de *Orthographia Philosophica* ou da *Pronúnciação*. Na sequência, conceitua cada sistema. Aqui se recuperam as informações sobre a *Orthographia Etymologica*. Nesse sistema, deve-se escrever os vocábulos seguindo a pronúncia e a forma que teve na língua original. Vale reproduzir a opinião do gramático quando diz que “A Orthographia Etymologica, e a Usual estão muito fóra do alcance da maior parte da Nação” (Duarte, 1877, p. 128). Ele apresenta regras comuns e particulares de cada sistema (Quadro 5):

Quadro 5. Regras comuns dos sistemas ortográficos em Antonio da Costa Duarte

<p>1ª usar as letras do Alfabete Nacional (apresentadas em Orthoepia):</p> <ul style="list-style-type: none"> – nunca se dobram letras no início ou fim de palavra; – quando usar a letra maiúscula; <p>2ª usar acento diferencial para distinção de palavras de mesma forma;</p> <p>3ª como representar a nasal diante de B, P e M;</p> <p>4ª consoantes que nunca são dobradas (V, Z, J, X, CH, LH, NH, Q); as outras dobram-se entre vogais;</p> <p>5ª como realizar a separação silábica: geminadas (uma em cada sílaba); consoantes mudas (ficam juntas): cc, gm, gn, ct, nm, vt (A-cção; Au-gmento; Di-gno; Fa-cto; Som-no; A-ptidão).</p>
--

Fonte: Adaptado de Duarte (1877, p. 130-139).

Um detalhe dos exemplos é a segmentação de <mn> na palavra <Som-no>, contrariando a prescrição. A seguir, apresenta suas *Regras próprias da Orthographia Etymologica, e da Usual* (Duarte, 1877, p. 116) pautada na conservação de letras derivadas das línguas grega, latina e árabe. Assim, apresenta o elenco: K, Y, TH, PH, RH, CH [k], PS, H, X, C, Ç, G, S, quando passa a analisar cada grafema. Traz uma lista de palavras que são grafadas com consoantes dobradas para distingui-las de palavras com a mesma forma (Duarte, 1877, p. 138).

Quanto ao item *Da ortografia filozofica ou da pronunsiação*, Duarte apresenta regra única, segundo a qual, com base em uma *boa* pronúncia, deve-se escrever, respeitando o *Alfabete Nacional*. Na sequência, estão listados os grafemas etimológicos depreendidos da obra de Duarte (Quadro 6):

Quadro 6. Grafemas etimológicos de Duarte

Consoantes dobradas	Consoantes de origem grega	Consoantes mudas
bb, cc, dd, ff, gg, ll, mm, nn, pp, tt.	k, th, ph, rh, ch [k], h	çç, gm, gn, ct, mn, pt, ps,

Fonte: Adaptado de Duarte (1877, p. 130-139).

Nota-se nessa prescrição, a defesa da ortografia filosófica (fonética) e a apresentação de um elenco ainda mais etimológico do que Sotero dos Reis (1871) e Coruja (1835). Ao comparar os elencos desses autores, nota-se que quase todos os grafemas estão presentes no elenco de Duarte, à exceção de <h>. Vale dizer que é a obra mais tardia aqui analisada entre os racionalistas (1877). Esse fator temporal é relativizado em Sotero dos Reis (1871), com elenco ainda menor que o de Coruja (1835). Isso acontece de forma consciente, uma vez que Sotero dos Reis se dispõe a apresentar apenas o essencial, como já observado anteriormente, elegendo a prática da leitura como estratégia de apropriação do modelo de escrita. Portanto, o cotejo reforça a percepção de que a etimologização fazia parte da prescrição gráfica de autores racionalistas. Então, Coruja prescrevia dentro de uma tradição de escrita. Apesar das muitas

proximidades, existe uma variação com relação à quantidade, como mencionado anteriormente, sempre inferior aos casos efetivamente praticados em textos-modelo.

Por isso, vale a pena consultar um outro ponto da tradição da obra de Coruja, a edição de Francisco Alves (do final do século XIX), para observar se a oscilação em relação à quantidade de grafemas etimológicos prescritos vai seguir a tendência de aumento ou de diminuição ao longo do século.

A normatização no Compendio da Grammatica da Lingua Nacional: edição de Francisco Alves

Observado o testemunho de Coruja sobre a normatização gráfica nos primeiros anos do Império e reconhecendo a longevidade desse compendio em termos de reedição, convém comparar tal descrição a um outro ponto de sua tradição, a edição do final do século XIX, a que chamaremos de edição da Livraria Francisco Alves & Cia, e verificar como se desenvolveu a normatização gráfica.

Ao analisar a edição da Livraria Francisco Alves & Cia, percebe-se que houve uma ampliação da parte destinada à ortografia. Apesar de continuar sendo descrita no mesmo nível hierárquico e ocupar a mesma localização (quarta parte da gramática), há novos itens relacionados à *Orthographia de palavras*. São eles (Quadro 7):

Quadro 7. novos itens da seção orthographia

- quando usar C e SS;
- quando usar C e S;
- quando usar S [z];
- quando dobrar as consoantes por composição.

Fonte: Adaptado de Coruja ([s/d], p. 86-89).

Das novas inclusões, nota-se a preocupação em sistematizar a representação gráfica para os fonemas /z/ e /s/, envolvendo os grafemas <c>, <s> e <ss>, assunto que também mobiliza os conhecimentos etimológicos.

Sobre as consoantes dobradas, a novidade em relação à edição de 1835 é a justificação do uso de consoantes dobradas, considerando a composição das palavras: “nas diversas palavras compostas das preposições ad, con, dis, em, ex, in, inter, ob, sub” – exemplos: “como Ac-clamar, Col-locar, Dif-ficil, Em-magrecer, Ef-feito, Im-mortal, Intel-ligencia, Op-primir, Sup-posição” (Coruja, [s/d], p. 89). Pela descrição, recupera-se a formação dessas palavras como fundamento morfológico para a representação gráfica das consoantes dobradas. Essa novidade aproxima-se da proposta de Julio Ribeiro, principal expoente da corrente científica. Para Julio Ribeiro, a regra refere-se aos casos de palavras derivadas de compostos latinos, iniciados por um prefixo. Um exemplo é a tentativa de sistematização do uso de <tt>. Segundo Ribeiro (1881, p. 42), “nos derivados de compostos de vocabulos latinos começados por t com o prefixo at (alteração de ad), ex.: <<atenção – attrahir – attributo>>”.

Voltando à gramática de Coruja, há também itens já presentes na edição de 1835 e que foram ampliados. É o caso da 4ª regra. A versão da Livraria Francisco Alves, a partir do exemplo já presente na primeira edição, <Monarchia>, testemunha sobre os usos de seu tempo: “é admissível nos nomes que já o tiverem de origem: como em Monarchia, que muitos já escrevem Monarquia” (Coruja, s/d, p. 87). Nota-se nesse testemunho uma norma gráfica em que o uso se impõe a ponto de merecer registro no texto de uma gramática.

A 5ª regra também foi ampliada. Além dos grafemas <k>, <ph> e <y>, são apresentados os grafemas de origem grega <rh> e <th>. Já na 9ª regra, destinada à separação de sílaba, a edição da Livraria Francisco Alves introduz o grupo das consoantes mudas ao explicar como se dá a separação silábica desses casos (ficam juntas na sílaba seguinte). Essas duas ampliações representam o aumento do repertório de grafemas consonantais etimológicos, como se observa no Quadro 8 a seguir:

Quadro 8. Elenco de grafemas etimológicos de Coruja (Edição Francisco Alves)

Consoantes dobradas	Consoantes de origem grega	Consoantes mudas
bb, cc, dd, ff, gg, ll, mm, nn, pp, tt	ch [k], k, ph, rh, th	cç, cd, ct, gd, gm, gn, pç, ps, pt

Fonte: Adaptado de Coruja ([s/d], p. 86-89).

Nota-se que a tradição gráfica prescrita em 1835 é mantida e sob essa prescrição outros elementos passam a enriquecer o repertório. As consoantes dobradas passam a ser justificadas como processo de composição com prefixo latino, estabelecendo uma aproximação com a descrição de Ribeiro (1881); as consoantes de origem grega ampliam o seu repertório, embora se testemunhem usos como <qu> no lugar de <ch>; e a incorporação das consoantes mudas. Esse aumento do repertório permite supor que tais grafemas, ao longo do século, são incorporados, pois também são observados nas práticas, conforme observou Lima (2014) ao medir o uso de grafemas de redatores de jornais, ou seja, fazia parte do uso de redatores letrados.

Por fim, o cotejo entre edições do *Compendio* de Coruja sugere a manutenção do princípio etimológico nas prescrições gráficas ao longo do século XIX. Reforça essa tese o elenco prescrito em seu *Compendio de Orthografia Nacional* (1848) em que apresenta um repertório mais abrangente do que o de 1835 e ainda inferior ao do final do século (bb, cc, dd, ff, gg, ll, mm, nn, pp, tt, ch [k], ph, rh, th, k, cç, pç, ps, pt, sc). Para observar até que ponto as prescrições gráficas de Coruja do final do século apontam a continuidade de uma tradição de saberes ortográficos, faz-se necessário analisar a ortografia de outros gramáticos da virada do século. Nesse caso, recupera-se o levantamento feito por Lima (2014), sobre o elenco de grafemas etimológicos de gramáticas brasileiras sob o paradigma científico dos oitocentos, comparados aqui aos dados recolhidos das gramáticas racionalistas (Quadro 9):

Quadro 9. Comparação entre gramáticas racionalistas e gramáticas científicas

Gramáticas racionalistas: Coruja (1835) Sotero dos Reis (1871) Duarte (1877)	bb, cc [s], cc [k], cç, ll, mm, tt, ch [k], ph, dd, ff, gg, nn, pp, k, ct, th, rh, h, gm, gn, nm, pt, ps
Gramáticas científicas: Ribeiro (1881) Gomes (1897) Ribeiro (1894)	bb, bh, cc [k], cqu, k, kh, kkh, ch [k], bd, cd, dd, dh, gd, ph, gh, gm, gn, mn, rh, rrh, ps, sc, sch, bt, phth, pt, th, sch, sh, zz, ff, gg, h, ll, nn, cc [s], cç, pç, ct, mm, pp, tt

Fonte: Elaborado pelo autor.

Dessa comparação, observou-se que a aplicação do princípio etimológico se ampliou na passagem entre as correntes gramaticais. Isso quer dizer que não há uma ruptura entre as abordagens gramaticais (racionalista e científica) do ponto de vista da prescrição do princípio etimológico e sim um desenvolvimento da descrição. A leitura das gramáticas científicas desta pesquisa sugere que a opção por descrever os fatos da língua (Ribeiro, 1881), na perspectiva histórico-comparada, exigiu que a descrição abordasse mais do que os casos considerados essenciais para o ensino das primeiras letras, o que resultou em um elenco bem mais exaustivo em boa parte das gramáticas científicas, em alguns casos, como o de Ribeiro (1881), indo além dos usos efetivamente praticados (Lima, 2014).

Assim, fazer parte da tradição de escrita da *Lingua Nacional*, pensada para o Brasil independente, tendo como referência as ideias ortográficas dos gramáticos brasileiros do século XIX, significa aplicar aos textos escritos um modelo sob forte influência do princípio etimológico – influência esta já observada duplamente em Coruja: em sua primeira edição (1835), identificando ali os elementos fundamentais para descrição e uso; na edição Francisco Alves, indicando a tendência de ampliação de repertório, confirmada nas gramáticas científicas do período.

O Impacto da normatização: pistas sócio-históricas

A limitação a que se expõem as regras ortográficas pressupõe o conhecimento prévio do estudante à tradição gráfica das palavras. É necessário dispor de um contato com as línguas clássicas que permita ao estudante conhecer a forma original dessas palavras, situação que restringia a escrita a uma elite com acesso a esse tipo de letramento. Deve-se observar que algumas instituições de ensino ofereciam o estudo de várias línguas. Um exemplo aparece no anúncio do periódico *Gazeta do Rio de Janeiro* que permite reconhecer as disciplinas trabalhadas no Real Collegio Militar em 1821 (Quadro 10):

Quadro 10. Anúncio do Real Collegio Militar

Relação dos Premios, que se devem distribuir, por ordem do Serenissimo Principe Real, aos Discipulos do Real Collegio Militar, que maiores progressos fizerem nas suas respectivas Aulas no anno lectivo de 1821.

Aulas	Premios
De Grammatica Portugueza	24\$000
De Grammatica Latina.....	24\$000
De Lingua Franceza.....	24\$000
De Lingua Ingleza	24\$000
[...]	

Fonte: Gazeta do Rio de Janeiro, 7 de março de 1821 – Acervo da FBN.

O anúncio faz menção à premiação dos alunos com destaque por disciplina no Collegio Militar. Isso permite reconhecer o quadro de disciplinas oferecidas nessa instituição. Além da gramática portuguesa, o aluno estudava gramática latina, francês e inglês, dando-lhe acesso aos modelos de latinidade.

Outro exemplo se verifica no anúncio sobre o período de exames do Collegio N. S. dos Remedios, publicado no jornal maranhense *Correio D'Annuncios* (Quadro 11):

Quadro 11. Anúncio do Collegio N. S. dos Remedios

O abaixo assignado Director do Collegio de N. S. dos Remedios anuncia, que no dia 23 do corrente começarão no seu Collegio os Exames do segundo Semestre [...] Estes são de Latim, de Francez, d'Inglez, de Geographia, de Geometria, de Gramatica da Lingua Patria, e de Instrução Primaria

Fonte: Correio D'Annuncios, Maranhão, 20 de junho de 1851 – Acervo da FBN.

Como se observa no anúncio, também nessa instituição, localizada no norte do país, em meados do século XIX, encontra-se a referência ao ensino de *Gramatica da Lingua Patria*, francês, inglês e latim. O Collegio de Pedro II ia um pouco além das outras instituições aqui citadas. Segundo o artigo 46 do regulamento de 1838 do Collegio de Pedro II, a instituição deveria oferecer o estudo de *Grammatica Nacional* e de *Grammatica Latina*, além de o ensino de línguas grega, francesa, inglesa, retórica e poética, matérias que deixam transparecer o contato com as letras, e, por consequência, os modelos de leitura e de escrita.

De acordo com a tabela de matérias do Collegio de Pedro II, o estudo de latim e grego totalizava 58 lições, sendo mais extenso do que o estudo de *grammatica nacional* (10 lições)²; portanto, o contato com os modelos latinos é bem expressivo no ensino

² O Latim era a língua oficial da Igreja e a língua de referência para as ciências médica e jurídica. Em muitas instituições superiores, era requisito mínimo. A Lei de 11 de agosto de 1827, que criava dois cursos de ciências jurídicas e sociais no Brasil, por exemplo, obrigava os estudantes

dessa instituição, o que dá indícios de que redatores escolarizados, sobretudo, os que avançaram ao ensino secundário, poderiam reproduzir o modelo etimológico em suas práticas. O problema estava na capacidade de oferta dessas disciplinas, o que demandava, de acordo com Saviani (2011, p. 130), a existência de profissional capacitado e bem pago e a oferta de escolas e de estrutura para crianças em idade escolar, além de um método que atendessem às demandas da sociedade brasileira, o que não ocorreu ao longo do século XIX.

O primeiro trabalho estatístico que revela a situação de acesso à cultura letrada é o recenseamento de 1872, apontado como o principal levantamento demográfico do século XIX (Camargo, 2018). De acordo com Camargo (2018, p. 415), seguia “a influência do internacionalismo estatístico nos planos de desenvolvimento aspirados pelas iniciativas estatais”. Tendo como referência o dia 1º de agosto de 1872, ouviram-se todos os habitantes, brasileiros e estrangeiros, livres e escravos, que deviam declarar: nome, sexo, idade, cor, estado civil, naturalidade, nacionalidade, residência, grau de instrução primária, religião, enfermidades aparentes, grau de parentesco de cada pessoa com o chefe de família e frequência escolar para crianças de 6 a 15 anos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951, p. 3 *apud* Camargo, 2018, p. 415).

Dados do recenseamento de 1872 sinalizam para o que deve ter sido a situação do ensino das primeiras letras nos primeiros anos do império (Tabela 1):

Tabela 1. Grau de instrução de crianças no Império

de 6 a 15 anos (total: 1.902.454)	Meninos (total: 941.782)	Meninas (total: 960.672)	Total
Frequentam a escola	155.651 (16,53%)	165.098 (17,18%)	320.749 (16,86%)
Não frequentam	786.131	795.574	1.581.705 (83,14%)

Fonte: Adaptado IBGE (1872 [1874]).

O total de crianças em idade escolar (de 6 a 15 anos) era de 1.902.454 e o total de profissionais liberais que se declaravam professores e homens de letras era de 8.525, o que não quer dizer que todos atuavam como professores. Considerando esses números, isso quer dizer que, para cada profissional registrado no recenseamento como professor e homem de letras, havia algo em torno de 223 crianças em idade escolar.

Desse total de crianças, apenas 16,86% frequentavam a escola no Império, numa relação de um pouco mais de 37 crianças por profissional. Além de o atendimento ser limitado, a distribuição demográfica acirrava ainda mais as desigualdades. Não por acaso, Antonio Alvares Pereira Coruja foi um dos promotores, ainda na província do Rio Grande do Sul, do método Lancaster, que previa o ensino ao maior número de alunos por meio do sistema de monitoria (Dias, 2012). Ainda assim a província

interessados em cursar Direito a apresentar certidão de aprovação em Grammatica Latina, além de Francês, Retórica, Filosofia Racional e Moral, e Geometria.

do Rio Grande do Sul não passava de 20,47% de crianças assistidas pela escola (do total 87.408 crianças).

Convém olhar os dados da corte, tendo em vista o seu poder de irradiar modelos (Tabela 2):

Tabela 2. Grau de instrução de crianças na corte

de 6 a 15 anos (total: 41.514)	Meninos (total: 22.237)	Meninas (total: 19.277)	Total
Frequentam a escola	5.788 (26,03%)	4.258 (22,09%)	10.046 (24,20%)
Não frequentam	16.449	15.019	31.468 (75,80%)

Fonte: Adaptado IBGE (1872 [1874]).

Na corte, a diferença entre os que frequentam a escola (24,20%) e os que não frequentam (75,80%) diminui em relação aos dados do Império. Assim mesmo continua alto o percentual de crianças fora da escola, o que restringe o acesso aos modelos de escrita. Reforça essa visão os dados envolvendo adultos (Tabela 3):

Tabela 3. Grau de instrução de adultos no Império

Adultos (total: 8.419.672)	Homens (total: 4.318.699)	Mulheres (total: 4.100.973)	Total
Saber ler e escrever	1.012.097 (23,43%)	550.981 (13,43%)	1.563.078 / 18,56%
Analfabetos	3.306.602	3.549.992	6.856.594 / 81,44%

Fonte: Adaptado IBGE (1872 [1874]).

Numa população de 8.419.672, entre homens e mulheres, somente 18,56% sabiam ler e escrever no Império. Diferentemente da proximidade percentual entre meninos e meninas, há uma considerável diferença entre homens (23,43% do total de homens) e mulheres (13,43% do total de mulheres) que sabem ler e escrever. Quando a referência é o total de alfabetizados, as mulheres representam apenas 35,25% dos casos.

Já a população escrava aparece quase excluída, com apenas 0,09%, isto é, do total de 1.510.806 de homens e mulheres escravos, apenas 1.403 sabiam ler e escrever, sendo 958 homens e 445 mulheres. A corte, mesmo concentrando 23,45% dos escravos que sabiam ler e escrever do Império, não alcançava a 1% do total dessa população (0,61%). Obviamente, não havia registro no recenseamento de professores e homens de letras que fossem escravos. É muito provável que essa população sequer tenha adquirido a leitura e a escrita através de instituições públicas.

Além de serem limitadas a um público bem restrito, as vias oficiais de ensino não eram bem distribuídas geograficamente. Um exemplo dessa realidade pode ser verificado na distribuição de meninos e meninas que frequentavam a escola nas freguesias da corte. Enquanto a freguesia da Lagoa possuía 44,67% de sua população infantil na escola, a freguesia da Candelária, apenas 6,22%.

Por fim, as gramáticas estudadas, sobretudo a de Coruja (1835), expressam um projeto ideológico de língua nacional fomentado nos primeiros anos do Império, que sugere em suas prescrições o princípio etimológico como um valor de escrita. As instituições públicas e privadas ofereciam o ensino de língua materna, de latim e de outras matérias relacionadas que possibilitavam o acesso sistemático à latinidade e, conseqüentemente, ao modelo de representação gráfica pautado no princípio etimológico. Todavia, os dados estatísticos indicam que apenas um número bem limitado da população tinha acesso à cultura letrada.

Considerações finais

O *Compendio da Grammatica da Lingua Nacional* de Antonio Alvares Pereira Coruja configura-se como uma obra representativa para se entender o saber linguístico concebido a partir de um projeto nacional, pensado para o Brasil-Império. Em conformidade ao programa estabelecido pela Lei de 15 de outubro de 1827, traz ao público das primeiras letras uma metalinguagem didática que procurava estudar a linguagem humana como expressão do pensamento e que deveria ser articulada à ideia de racionalidade e de moralidade.

A normatização gráfica de Coruja, localizada na parte final, apresenta regras elementares para seu público. Assim mesmo, é possível depreender um elenco de grafemas etimológicos formado por consoantes dobradas, consoantes de origem grega e consoantes mudas. Ao comparar o seu repertório de grafemas etimológicos com as de outras gramáticas do século XIX, nota-se a continuação da tradição escrita, com o aumento do repertório.

As instituições de ensino consideradas modelares dispunham de disciplinas que favoreciam o contato sistemático com a latinidade, o que poderia favorecer a eficácia das prescrições gráficas de caráter etimológico. Contudo, os dados estatísticos revelam que o acesso à escolarização era muito limitado.

Em conformidade com a corrente racionalista que entendia o estudo da gramática como aperfeiçoamento do pensamento de acordo com um modelo exemplar, a participação de uma tradição de escrita também representou um privilégio nas mãos de poucos brasileiros alfabetizados.

Referências

- AUERBACH, Erich. *Introdução aos estudos literários*. São Paulo: Editora Cultrix, 1987.
- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- AZEVEDO, Domingos de. *Grammatica nacional*. Lisboa: [s.n.], 1880.

BARBOSA LEÃO, José. *Coleção de estudos e documentos a favor da reforma da ortografia em sentido sônico*. [S. l.: s. n.], 1878.

BARBOSA, Afranio Gonçalves; LIMA, Alexandre Xavier. O Controle indireto de perfis sócio-históricos em corpora histórico-diacrônicos: a identificação de graus de letramento pela grafia etimológica do século XIX In: CASTILHO, Ataliba T. de. (coord.). *História do português brasileiro: corpus diacrônico do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2019. p. 168-205.

BARBOZA, Jeronymo Soares. *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou princípios da grammatica geral*. Lisboa: Typ. Da Academia, 1862.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883. 1 v.

BRASIL. *Decreto de 02 de dezembro de 1837*. Convertendo o Seminario de S. Joaquim em collegio de instrucção secundaria, com a denominação de Collegio Pedro II, e outras disposições.

BRASIL. *Decreto n. 1331 A de 17 de fevereiro de 1854*. Approva o regulamento para a reforma do ensino primário e secundario no Municipio da Côrte.

BRASIL. *Lei de 15 de outubro de 1827*. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Império.

BRASIL. *Regulamento n. 62 de 1 de fevereiro de 1841*. Altera algumas das disposições do regulamento N. 8 de 31 de janeiro de 1838, que contém os Estatutos do Collegio de Pedro Segundo.

BRASIL. *Regulamento n. 8 de 31 de janeiro de 1838*. Contém os Estatutos para o Collegio de Pedro Segundo. 1838.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. O censo de 1872 e a utopia estatística do Brasil Imperial. *História Unisinos*, v. 22, n. 3, p. 414-428, set./out. 2018.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Variação dialetal e ensino institucionalizado da língua portuguesa. In: BAGNO, Marcos (org.). *Linguística da norma*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004. p. 27-36.

CAVALIERE, Ricardo. *A gramática no Brasil: ideias, percursos e parâmetros*. Rio de Janeiro: Lexicon, 2014.

CORUJA, Antonio Alvares Pereira. *Compendio da grammatica da lingua nacional*. Rio de Janeiro: Typographia de V. F. de Andrade, 1835.

CORUJA, Antonio Alvares Pereira. *Compendio da grammatica da lingua nacional*. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia, [s/d].

CORUJA, Antonio Alvares Pereira. *Compendio da Orthografia da Lingua Nacional*. Rio de Janeiro: Typ. Franceza, 1848.

COUTO, Manuel Amor. Gramática e teorização linguística em Portugal: a Gramática Filosófica de Jerónimo Soares Barbosa. *Revista Galega de Filloxía*, v. 5, p. 11-31, 2004.

DIAS, Juciele Pereira. *Um gesto de interpretação na história do conhecimento linguístico brasileiro: a definição do nome gramática*. 2012. 257 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Artes e Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

DUARTE, Antonio da Costa. *Compendio da Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*. Maranhão: Antonio Pereira Ramos D’Almeida, 1877.

FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Márcia Antonia Guedes. *As concepções linguísticas no século XIX: a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

GOMES, Alfredo. *Grammatica Portugueza*. Rio de Janeiro: Livraria de J. G. de Azevedo, 1897.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Recenseamento do Brazil em 1872*. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, 1872 [1874]. 1 v.

LIMA, Alexandre Xavier. Construção de *corpora* para estudo da norma gráfica: seleção de textos representativos em periódicos oitocentistas. *LaborHistórico*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 235-252, jul./dez. 2016.

LIMA, Alexandre Xavier. *Descrição da ortografia portuguesa: a inserção do princípio etimológico na prescrição e na prática gráficas oitocentistas*. 2014. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

LIMA, Alexandre Xavier. O uso de *corpus* metalinguístico na construção de parâmetros gráficos para identificação de perfis de redatores oitocentistas. *Revista A Cor das Letras*, v. 23, n. 2, p. 7-32, 2022.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2019 [1989].

MORAES SILVA, Antonio de. *Diccionario da lingua portugueza*. 2. ed. Lisboa: Typ. Lacérdina, 1813.

MORAES SILVA, Antonio de. *Epitome da grammatica da lingua portugueza*. Lisboa: Off. De Simão Thaddeo Ferreira, 1806.

PINHEIRO, J. C. Fernandes. *Postillas de Rhetorica e Poetica*. Rio de Janeiro: Garnier, 1885.

POLACHINI, Bruna Soares. *Uma história serial e conceitual da gramática brasileira oitocentista de língua portuguesa*. 2018. 457 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

RIBEIRO, João. *Grammatica Portugueza: curso primario*. 9. ed. Rio de Janeiro: Livraria Classica de Alves e C., 1894.

RIBEIRO, Julio. *Grammatica Portugueza*. São Paulo: Teixeira & irmãos editores, 1881.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SOTERO DOS REIS, Francisco. *Grammatica portugueza*. Maranhão: Typ. de R. d’Almeida & C., 1871.